

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO IMPACTOS E DESAFIOS PARA A PARIDADE

POLITICAL GENDER VIOLENCE IMPACTS AND CHALLENGES FOR PARITY

VIOLENCIA POLÍTICA DE GÉNERO IMPACTOS Y DESAFÍOS PARA LA PARIDAD

Thais Helena Silva¹

Lilian Cristina Vilella²

RESUMO: Este artigo analisa os impactos da violência política de gênero na participação das mulheres na política, com foco nos obstáculos à paridade. A justificativa parte da compreensão da desinformação de gênero como violação dos direitos humanos e ameaça à democracia, afetando diretamente a presença feminina em espaços de poder. O objetivo geral é evidenciar como a violência política de gênero compromete a paridade política. Como objetivos específicos, busca-se: conceituar a violência política de gênero; analisar a baixa participação feminina; avaliar legislações e políticas públicas existentes; e investigar o papel da desinformação. A metodologia é qualitativa, com pesquisa bibliográfica e revisão da literatura, além da análise de dados e de casos ocorridos nas últimas eleições. Relatos de mulheres vítimas dessa violência também foram utilizados para ilustrar os efeitos da prática. Os resultados apontam que a violência política de gênero — especialmente por meio de fake news — atua como uma barreira significativa à participação das mulheres, desestimulando candidaturas e inviabilizando permanência nos cargos. Conclui-se que são urgentes políticas públicas mais eficazes e leis mais rigorosas e céleres no combate à violência de gênero na política, a fim de garantir equidade e fortalecer a democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Política. Mulheres na Política. Paridade. Políticas Públicas. Direitos Humanos das Mulheres.

ABSTRACT: This article analyzes the impacts of gender-based political violence on women's participation in politics, focusing on obstacles to parity. The rationale stems from the understanding of gender misinformation as a violation of human rights and a threat to democracy, directly affecting the presence of women in positions of power. The overall objective is to highlight how gender-based political violence compromises political parity. The specific objectives are to conceptualize gender-based political violence; analyze low female participation; evaluate existing legislation and public policies; and investigate the role of misinformation. The methodology is qualitative, with bibliographic research and literature review, as well as data analysis and cases from recent elections. Reports from women victims of this violence were also used to illustrate the effects of the practice. The results indicate that gender-based political violence—especially through fake news—acts as a significant barrier to women's participation, discouraging candidacies and making it impossible for them to remain in office. It is concluded that

more effective public policies and stricter and swifter laws are urgently needed to combat gender-based violence in politics in order to ensure equity and strengthen democracy.

KEYWORDS: Political Violence. Women in Politics. Parity. Public Policies. Women's Human Rights.

RESUMEN: Este artículo analiza los impactos de la violencia política de género en la participación de las mujeres en la política, centrándose en los obstáculos para la paridad. La justificación parte de la comprensión de la desinformación de género como una violación de los derechos humanos y una amenaza para la democracia, que afecta directamente a la presencia femenina en los espacios de poder. El objetivo general es poner de manifiesto cómo la violencia política de género compromete la paridad política. Como objetivos específicos, se busca: conceptualizar la violencia política de género; analizar la baja participación femenina; evaluar las legislaciones y políticas públicas existentes; e investigar el papel de la desinformación. La metodología es cualitativa, con investigación bibliográfica y revisión de la literatura, además del análisis de datos y casos ocurridos en las últimas elecciones. También se utilizaron relatos de mujeres víctimas de esta violencia para ilustrar los efectos de la práctica. Los resultados indican que la violencia política de género, especialmente a través de las noticias falsas, actúa como una barrera significativa para la participación de las mujeres, desestimulando las candidaturas e imposibilitando la permanencia en los cargos. Se concluye que son urgentes políticas públicas más eficaces y leyes más rigurosas y rápidas para combatir la violencia de género en la política, con el fin de garantizar la equidad y fortalecer la democracia.

PALABRAS CLAVE: Violencia política. Mujeres en la política. Paridad. Políticas públicas. Derechos humanos de las mujeres.

INTRODUÇÃO

Toda vez que uma mulher é silenciada na política, não é apenas a sua voz que se cala, mas a possibilidade de uma democracia verdadeiramente representativa.

FRANCO. *A luta e o legado de uma mulher negra e de esquerda na política*, p. 45.

A democracia busca garantir os direitos fundamentais de todos os cidadãos, promovendo a igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos da vida. No entanto, persistem situações de discriminação, violência e marginalização que resultam na sub-representação feminina na política e na dificuldade de acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e segurança. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) estabeleceram padrões globais para fomentar a participação

feminina na política, mas a baixa presença das mulheres nos parlamentos e as falhas nas políticas públicas ainda evidenciam um cenário de desigualdade. Esse cenário reflete barreiras estruturais que limitam o avanço da representatividade feminina na política e impedem a consolidação de uma democracia verdadeiramente inclusiva.

A violência política de gênero constitui um dos principais entraves à igualdade na representação política. Mulheres que buscam ingressar ou se manter na política enfrentam desafios não apenas comuns à participação em um espaço majoritariamente masculino, mas também violências simbólicas, psicológicas e físicas que visam descredibilizá-las e afastá-las desses ambientes. Esse fenômeno está relacionado à perpetuação de estereótipos de gênero que as consideram inadequadas ou incapazes de assumir funções de liderança e tomada de decisão. Todas as vezes que uma mulher é silenciada ou deslegitimada publicamente, reforça-se a percepção de que a política pertence exclusivamente aos homens, perpetuando a disparidade de gênero nos espaços decisórios. De acordo com Souza e Lima (2021), muitas mulheres são impedidas de acessar e manter cargos públicos devido a um ambiente hostil e violento que enfraquece suas candidaturas e suas atuações nos espaços de poder.

Esse debate ganhou força no Brasil a partir de 2010, quando parlamentares começaram a relatar publicamente casos de assédio, ameaças e discriminação nos espaços legislativos e eleitorais. Um caso emblemático foi o assassinato de Marielle Franco, em 2018, que evidenciou como essa violência pode atingir níveis extremos. Como mulher negra e ativista dos direitos humanos, Marielle tornou-se um ícone da resistência contra tentativas de silenciar mulheres pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Seu assassinato escancarou a necessidade de ações concretas para combater a violência política de gênero e garantir que mulheres possam atuar na política com segurança e legitimidade.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou dados que apontam um crescimento nas denúncias de violência contra mulheres candidatas a cargos públicos. Durante as eleições de 2022, candidatas relataram ter sido alvos de ataques pessoais e propagação de fake news com viés de gênero. Além disso, a falta de acesso a recursos financeiros para campanhas políticas representa um desafio adicional à equidade nas disputas eleitorais. Segundo Silva e Pinto (2020), as mulheres disputam eleições em desvantagem pela dificuldade no acesso a financiamento, pela ausência de apoio institucional adequado e pela permanência de uma cultura política machista que desestimula sua participação.

A desinformação de gênero tem se tornado uma ferramenta de opressão contra as mulheres na política. Esse fenômeno consiste na disseminação de informações falsas ou distorcidas para minar a credibilidade e reputação de candidatas e mulheres em cargos públicos. Conforme Lima (2021), as mulheres são frequentemente alvos de ataques nas mídias sociais e fake news que buscam deslegitimá-las. Esse tipo de violência digital impacta diretamente sua liberdade de expressão e sua participação política, violando diretrizes estabelecidas por organismos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a CEDAW.

Relatórios recentes apontam que as redes sociais são atualmente o principal cenário de ataques políticos contra as mulheres. Entre 2021 e 2023, mais de três milhões de tweets contendo conteúdo ofensivo foram documentados, sendo 60% dessas agressões baseadas em estereótipos de gênero. Além disso, de acordo com a ONU Mulheres, 82% das mulheres atuantes na política já sofreram violência psicológica; 45% relataram ameaças; 25% foram vítimas de violência física no ambiente parlamentar; 20% enfrentaram assédio sexual e 40% declararam que a violência política interferiu em sua agenda legislativa. Esses números demonstram que a violência política de gênero representa um grande desafio para a ampliação da participação feminina nos espaços de poder e decisão.

O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da violência política de gênero na participação feminina na política, considerando desafios e oportunidades para um sistema mais equitativo. Para isso, discute-se a desinformação de gênero como uma grave violação dos direitos humanos e da democracia, apresenta-se casos locais e globais que exemplificam a inter-relação entre violência e baixa participação feminina, além de avaliar políticas públicas e legislações existentes, identificando avanços necessários.

A luta contra a violência política de gênero é essencial para garantir que a democracia seja de fato inclusiva e representativa. A implementação de políticas públicas eficazes, a ampliação da participação feminina nos espaços de decisão e o fortalecimento das penalidades para crimes políticos de gênero são passos fundamentais para construir um ambiente político mais justo e igualitário. Dessa forma, a busca pela equidade de gênero na política não deve ser vista como uma demanda exclusiva das mulheres, mas sim como um compromisso coletivo em defesa da democracia e dos direitos humanos.

DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO COMO VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

A interseção entre direitos humanos das mulheres, democracia e desinformação de gênero é um tema crucial e urgente no cenário político atual. As mulheres enfrentam desafios sistêmicos para acessar plenamente seus direitos, tanto em termos de igualdade política quanto de segurança, especialmente em contextos de crescente polarização e uso de tecnologias digitais, que têm sido utilizadas como plataformas para disseminação de desinformação. Este capítulo explora como a desinformação de gênero afeta a democracia, os direitos das mulheres e os desafios para a promoção de um futuro mais igualitário.

A desinformação de gênero é uma ação preocupante que se configura como uma grave violação dos direitos humanos das mulheres e um ataque à democracia, essa prática perversa dissemina informações falsas e manipuladas em busca de silenciar e inviabilizar as mulheres dificultando sua participação em

espaços públicos e de decisão; reforçar as desigualdades; minimizar a gravidade do problema normalizando a violência; polarizar a sociedade criando clima de hostilidade as mulheres e aos movimentos feministas; enfraquecer a democracia manipulando a opinião pública e muitas vezes impedindo o debate público sobre questões importantes. Como se observa:

A desinformação de gênero refere-se à difusão de informações falsas ou distorcidas que exploram e reforçam estereótipos negativos e preconceitos sobre as mulheres, com o objetivo de minar sua credibilidade, autonomia e participação nas esferas públicas e políticas. Este fenômeno tem o potencial de criar um ambiente de violência simbólica e psicológica, deslegitimando as mulheres enquanto figuras públicas e prejudicando sua posição social e política (GOMES, 2022).

É um mecanismo poderoso de perpetuação da desigualdade. Campanhas de difamação contra mulheres políticas frequentemente associam estereótipos de gênero a mensagens que desacreditam suas competências e intenções. Tais práticas não apenas afetam a imagem pública dessas mulheres, mas também desencorajam outras mulheres a participarem da vida política, não apenas difamam candidatas específicas, mas perpetuam a ideia de que mulheres não são adequadas para cargos de liderança.

A desinformação de gênero se manifesta com a criação e disseminação de notícias falsas, Fake News, muitas vezes se utilizando de dados falsos ou distorcidos para sustentar argumentos preconceituosos, a criação de perfis falsos nas redes sociais disseminando o ódio e violência contra as mulheres, usando de linguagem que humilha e desumaniza as mulheres, ataques a ativistas e lideranças femininas em campanhas de difamação e perseguição contra mulheres que defendem seus direitos.

Esse fenômeno que tem se intensificado com o uso das redes sociais e outras plataformas digitais. Fake news e ataques virtuais têm sido usados como estratégias para deslegitimar e prejudicar mulheres, especialmente aquelas em posições de liderança política. A propagação de informações falsas ou distorcidas sobre as mulheres, baseadas em estereótipos de gênero, tem um impacto direto na sua capacidade de participar de maneira justa e igualitária no processo

democrático. Em campanhas eleitorais, por exemplo, as mulheres são frequentemente alvo de desinformação direcionada, que visa reduzir sua credibilidade e prejudicar suas campanhas (FREY, 2020).

Monica Anderson, pesquisadora do Pew Research Center, conduziu estudos que destacam os impactos da violência online sobre mulheres em posição de destaque, incluindo políticas. Seu trabalho revela como mulheres que participam de debates públicos são alvos frequentes de ataques em redes sociais, desinformação e abuso, muitas vezes com o objetivo de deslegitimá-las ou intimidá-las a se retirarem da esfera pública. Esses ataques são uma expressão da violência política de gênero e contribuem para a exclusão e desmotivação das mulheres na política, minando os princípios democráticos e os direitos humanos.

Esses estudos são fundamentais para compreender o papel das plataformas digitais na perpetuação desse tipo de violência e para desenvolver políticas eficazes de combate ao problema.

Para Atkins (2020) A disseminação de desinformação de gênero não se limita apenas a ataques pessoais, mas também a ataques estratégicos que buscam moldar a opinião pública contra a participação feminina na política e outras áreas de liderança. Sendo uma das ferramentas mais eficazes para reduzir a participação das mulheres na política.

Pereira (2021) ressalta o quanto a desinformação, a divulgação de informação falsa contra as mulheres cria um ambiente onde as contribuições das mulheres são sistematicamente questionadas minando a confiança pública das mulheres na política.

Além disso, a violência política de gênero não é apenas um obstáculo individual, mas um reflexo de um sistema político que historicamente favorece os homens. A falta de políticas públicas eficazes de proteção contra a violência política de gênero agrava ainda mais a situação. Como Speed (2019) ressalta, a violência política contra mulheres não é apenas um problema de segurança, mas

uma questão de direitos humanos e de justiça social, que exige uma resposta contundente do Estado e da sociedade.

Em termos de direitos humanos, é fundamental que os governos adotem uma abordagem interseccional ao tratar das desigualdades de gênero, levando em consideração não apenas a discriminação com base no sexo, mas também as questões de raça, classe e orientação sexual. A implementação de políticas públicas que garantam o acesso igualitário ao poder e à segurança é essencial para a construção de uma democracia plena e inclusiva. É crucial responsabilizar plataformas digitais por conteúdos que promovem violência de gênero. O Brasil pode se inspirar em iniciativas como a regulamentação europeia sobre desinformação.

Durante as eleições de 2018, observou-se um aumento significativo da violência política de gênero contra candidatas de diversas esferas e partidos. Mulheres que estavam concorrendo a cargos de deputadas federais e estaduais foram alvo de campanhas de difamação nas redes sociais, especialmente no Facebook e Twitter. Muitas dessas campanhas foram alimentadas por informações falsas, como boatos sobre a vida pessoal das candidatas, insultos e mensagens ameaçadoras. A violência política de gênero se intensificou com o uso de tecnologias para propagar fake news que visavam descreditar as mulheres.

De acordo com Oliveira (2023), a desinformação de gênero se configura como um obstáculo direto à paridade política, pois diminui as chances de mulheres se candidatarem, participarem ativamente da política ou ocuparem cargos de liderança, uma vez que o ambiente político se torna hostil e violento. Isso compromete o exercício pleno dos direitos humanos das mulheres, pois as coloca em uma posição de vulnerabilidade.

A desinformação de gênero não apenas afeta a integridade das mulheres como indivíduos, mas também compromete a democracia ao enfraquecer as vozes femininas e a representação justa na política e em outros espaços de poder. Ela configura uma violação dos direitos humanos, minando o direito das

mulheres de participar plenamente da vida política e pública sem ser alvo de violência, manipulação e deslegitimação. Portanto, é essencial que medidas sejam tomadas para combater esse fenômeno e garantir a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade.

CASOS LOCAIS E GLOBAIS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

A violência política de gênero pode ser vista como uma estratégia para marginalizar as mulheres, mantendo-as fora do processo político e restringindo sua capacidade de atuar como agentes de mudança. De acordo com Buarque de Almeida (2021), essa violência vai além da agressão física e se estende à violência simbólica, que se dá por meio da desvalorização da mulher no espaço público, sendo frequentemente associada à ideia de que as mulheres não são “capazes” de exercer funções políticas. Já Pimentel (2019) destaca que a violência política de gênero, muitas vezes, é invisível ou minimizada, mas tem um impacto profundo sobre a autoconfiança das mulheres e sua disposição para se engajar na política.

Essa violência também se reflete na falta de representatividade feminina, que é um reflexo direto da exclusão das mulheres do debate político. A sub-representação de mulheres nas instâncias políticas reforça a desigualdade de gênero, resultando em um ciclo de marginalização. Como argumenta Sawer (2018), as mulheres enfrentam barreiras institucionais e culturais que dificultam seu acesso ao poder, e a violência política de gênero contribui diretamente para esse quadro de exclusão.

O Brasil ainda enfrenta um quadro de baixa participação das mulheres na política, especialmente em cargos executivos e legislativos. Apesar de avanços, como a implementação das cotas de gênero, as mulheres continuam a ser sub-representadas. Stemple (2016) aponta que uma das principais causas dessa baixa participação é o ambiente hostil criado pela violência política de gênero, que se manifesta em campanhas eleitorais, sessões legislativas e até no uso de

redes sociais. Essa violência afeta a saúde mental das candidatas, desmotivando muitas a se engajarem no processo eleitoral.

Um levantamento da ONU Mulheres de 2020 mostrou que mais de 80% das parlamentares em todo o mundo já sofreram algum tipo de violência psicológica, como ameaças ou discursos de ódio.

Para exemplificar os impactos da violência política de gênero sobre a participação das mulheres na política, é importante destacar estudos como o relatório "Três Décadas de Políticas para Mulheres na América Latina", desenvolvido no âmbito da iniciativa ATENEA (ONU Mulheres, PNUD e IDEA Internacional). Este relatório identifica a violência política como um dos fatores centrais para a desistência de mulheres de concorrer ou permanecer na vida política.

O estudo apresenta uma análise detalhada sobre a questão, incluindo dimensões como marcos legais e institucionais, eficácia das políticas de cotas e a ausência de uma legislação integral de combate à violência política de gênero.

No Brasil, por exemplo, a pontuação em relação à efetividade das cotas para mulheres é muito baixa, o que reflete as dificuldades em superar barreiras estruturais e culturais. Além disso, a violência política, incluindo ataques físicos, psicológicos e virtuais, tem sido reconhecida como um dos maiores desestímulos para a participação feminina nos processos eleitorais.

O projeto "De Olho nas Urnas" do ano de 2020, revela que, em entrevistas com candidatas eleitas e não eleitas, situações de violência política de gênero apareceram espontaneamente. As mulheres relataram discriminação velada, pressões sociais sobre seu papel na sociedade, falta de apoio familiar e dificuldades nas redes sociais. Tais experiências incluem desde comentários depreciativos mascarados como "brincadeiras" até a falta de suporte institucional. Essas barreiras estruturais dificultam a permanência das mulheres na política e refletem o impacto da violência de gênero em sua trajetória.

Relatórios sobre Violência Online: Políticas como Talíria Petrone e Tabata Amaral também são exemplos de mulheres que enfrentaram ataques digitais agressivos. Esses episódios incluíram desinformação generificada, comentários misóginos e tentativas de silenciamento. Essas estratégias desmotivam a participação feminina e refletem desafios adicionais enfrentados por mulheres na política.

Existem vários relatos de violência política de gênero que são importantes para ilustrar como as mulheres enfrentam obstáculos para participar da política de forma plena e segura. A violência política de gênero pode assumir diversas formas, desde ataques verbais, perseguições nas redes sociais, até agressões físicas e tentativas de deslegitimação nas campanhas eleitorais.

Alguns casos notáveis: “Ser mulher pública é ser ameaçada”, declarou Manuela D’Ávila, ex-deputada pelo Rio Grande do Sul (O Globo, 2022). Candidatas relatam frequentemente obstáculos na obtenção de recursos do fundo eleitoral, além de sofrerem chantagens e ameaças durante suas campanhas. Em Pedreiras (MA), uma vereadora teve o microfone arrancado de suas mãos durante uma sessão na câmara, configurando uma tentativa de silenciá-la. Em 2022, a vereadora Janaína Lima, de São Paulo, teve seu carro alvejado com 11 tiros. No mesmo período, a ex-secretária de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Tainá de Paula, sofreu um atentado com dois disparos contra seu veículo. Esses casos ilustram a tentativa de intimidar mulheres que ocupam ou aspiram a cargos públicos.

Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, foi uma figura de destaque na política brasileira, especialmente no que diz respeito à defesa dos direitos humanos, das mulheres e das populações negras e periféricas. Durante sua trajetória política, Marielle enfrentou ataques violentos tanto de grupos de direita como de setores conservadores, especialmente pela sua postura firme em relação à segurança pública e aos direitos das minorias. Além disso, Marielle foi constantemente alvo de estigmatizações de gênero e ataques misóginos,

particularmente nas redes sociais. Sua morte, em 2018, é vista como um exemplo extremo de violência política de gênero, que não só atingiu a mulher que ela era, mas também sua representação política, especialmente como mulher negra e feminista.

Antes de sua morte, Marielle Franco deu diversas entrevistas em que falou sobre sua atuação política e os desafios enfrentados como mulher negra e feminista no Brasil. Em uma de suas entrevistas à *Revista Marie Claire* (2018), ela detalha como o racismo e a violência política afetaram sua vida e sua carreira. Marielle mencionou, em diversas ocasiões, como as críticas e as ameaças que recebia eram profundamente sexualizadas e racializadas, o que caracterizava uma forma de violência política de gênero.

Luciana Genro, em entrevista ao *UOL* em 2014, relatou como os ataques misóginos foram uma constante durante sua campanha presidencial. Ela mencionou o uso da sua imagem pessoal e de sua feminilidade como uma forma de desqualificação política, abordando o modo como as campanhas de desinformação e os memes nas redes sociais reforçaram estereótipos sexistas contra ela. Genro destacou que, para mulheres na política, a resistência não é apenas ideológica, mas também uma luta contra o preconceito de gênero.

Dilma Rousseff, ao ser entrevistada por diversos meios de comunicação durante o processo de impeachment, frequentemente abordava a questão do sexismo e da misoginia que enfrentou tanto dentro do cenário político quanto na mídia. Em entrevista à *BBC Brasil* em 2016, Dilma falou sobre as dificuldades que encontrou por ser mulher em um cargo tão alto e sobre como o impeachment foi alimentado por preconceitos de gênero, além da falta de uma justificativa política plausível para a sua remoção.

A Deputada Estadual Isa Penna, foi vítima em 2020 de assédio e importunação sexual pelo deputado Fernando Cury, Penna ainda foi ameaçada de morte e estupro através de email. A Deputada escreveu no seu perfil: “ As intimidações nesse ano eleitoral já começaram. Ser mulher na política não é fácil,

mas seguirei de cabeça erguida e mais importante, denunciando” (Folha de São Paulo, 2022).

Simone Tebet se posicionou contra os ataques sexistas e a violência política de gênero durante a campanha de 2022 como candidata a presidência da república, fazendo declarações públicas sobre o impacto desses ataques em sua trajetória política e ressaltando a importância de um espaço político mais inclusivo e respeitoso para as mulheres. Ela destacou como a misoginia e a violência simbólica, como os ataques à sua aparência e sua competência, são obstáculos estruturais que muitas mulheres enfrentam quando decidem se engajar na política.

Durante as eleições presidenciais de 2018, Manuela d'Ávila foi alvo de uma série de ataques misóginos e violentos, em parte devido à sua candidatura a vice-presidente na chapa de Fernando Haddad (PT). Como uma mulher jovem e com uma trajetória de militância política e defesa dos direitos das mulheres, ela se tornou alvo de campanhas de difamação nas redes sociais, que usavam de fake news e violência simbólica para desacreditá-la e deslegitimar sua candidatura.

Além disso, Manuela D'Ávila foi alvo de ameaças de morte e ataques nas redes sociais, especialmente através do WhatsApp, que visavam intimidá-la e impedir sua participação política. A senadora Ana Amélia Lemos, do PP (Partido Progressista), foi alvo de ataques misóginos durante sua campanha eleitoral em 2018. Ela se destacou como uma das líderes da direita no Brasil e foi criticada duramente, não apenas por suas posições políticas, mas também devido ao seu gênero. A violência política de gênero contra ela se manifestou por meio de ataques a sua imagem e questionamentos de sua competência baseados em estereótipos femininos. Em sua candidatura, a senadora também foi alvo de comentários de natureza sexista, caracterizando mais uma situação de violência política de gênero.

Michelle Bolsonaro, esposa do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi atacada frequentemente durante as campanhas eleitorais de 2018 e 2022. Embora seu

papel como primeira-dama tenha sido questionado por muitos, especialmente no que diz respeito à sua ausência de engajamento em questões públicas além das associadas à família, ela também foi alvo de violência política de gênero. Michelle enfrentou ataques que não apenas criticavam suas posições políticas, mas também a atacavam por sua condição de mulher, com um grande número de desinformação e desqualificação com base em estereótipos de gênero.

A Senadora Soraya Tronicke, durante a campanha presidencial de 2022, relatou em uma entrevista à *GloboNews* como foi alvo de ataques misóginos e desinformação nas redes sociais. Ela destacou como as fake news de gênero e os ataques pessoais tentaram deslegitimar sua candidatura e enfraquecer sua imagem pública. Tronicke mencionou que os ataques não eram apenas sobre suas propostas, mas sobre sua condição de mulher política, sendo uma forma clara de violência política de gênero.

Joice Hasselmann, Deputada Federal entre 2019 e 2023, sofreu e ainda sofre ataques. Na tribuna da Câmara, em novembro de 2019, ela relatou que seu filho de 11 anos recebeu montagens do rosto da mãe em corpos hipersexualizados. E ainda afirmou que: "Nenhum de vocês conhece o rosto dos meus filhos, por que eles também já foram ameaçados de morte" (Carta Capital, 2019).

Durante sua gestão como ministra, a Senadora Teresa Cristina também enfrentou uma série de críticas sexistas, especialmente quando estava lidando com temas como a agricultura familiar, a reforma agrária e a proteção ambiental. Críticas de grupos ambientalistas, ONGs e outros setores da sociedade também continham um tom que muitas vezes visava deslegitimá-la como mulher no cargo, como se suas propostas não fossem legítimas apenas por serem defendidas por uma mulher.

Essas críticas se distorciam para um ataque ao seu gênero e ao seu papel, com frases como "não parece ter pulso forte para lidar com os poderosos do agronegócio", ou "precisa de mais atitude masculina para comandar o

ministério". Isso demonstra como a violência política de gênero atua ao marginalizar as mulheres e suas políticas quando elas ocupam cargos de alto poder.

As mulheres enfrentam uma dupla marginalização na política: pelo fato de serem mulheres e pelo fato de se engajarem em um campo predominantemente masculino. As agressões que sofrem são muitas vezes invisibilizadas e ignoradas pelo sistema político e pela sociedade (PIMENTEL, 2019).

A violência política de gênero, seja contra mulheres da esquerda ou da direita, possui características comuns, como ataques misóginos, deslegitimação de sua competência política e questionamento de sua capacidade de liderança, tudo isso com base em estereótipos de gênero. Esses casos exemplificam como a violência política de gênero atravessa a política de diversas maneiras e como as mulheres são constantemente desafiadas a lidar com barreiras impostas não apenas por sua posição política, mas também por seu gênero.

Mulheres como a Rose Modesto, já foi vice governadora e recentemente candidata a prefeita de Campo Grande – MS, foram mencionados episódios de difamação e ataques pessoais durante suas campanhas, incluindo o uso de fake news e estereótipos de gênero para deslegitimar suas candidaturas. Esses casos ilustram como a violência política de gênero tem efeitos diretos sobre a autoestima e a decisão das mulheres em seguir na política

Durante a campanha de 2024, Rose Modesto enfrentou uma série de ataques nas redes sociais, incluindo mensagens de ódio, fake news e campanhas de desinformação. As redes sociais, especialmente plataformas como Face, Instagram e *WhatsApp*, foram utilizadas para disseminar conteúdos que deslegitimavam sua candidatura, questionando sua capacidade de liderança e espalhando estereótipos sobre as mulheres na política.

Rose Modesto também foi alvo de uma intensa disseminação de fake news, especialmente através do *WhatsApp*, que é uma das principais plataformas usadas para propagação de desinformação política no Brasil. As notícias falsas buscavam deslegitimá-la e associá-la a práticas ilícitas ou comportamentos

negativos. Muitas dessas fake news atacavam sua honra e integridade, utilizando-a como alvo de estigmatização por ser uma mulher política. Os maiores ataques eram direcionados questionando seu estado cívil, por não ser casada e ter filhos foi perversamente atacada diariamente com vídeos fakes, áudio de pastores questionando a sua fé em grupos de watss app, levando a opinião pública a descredibilizar uma mulher solteira na liderança da cidade.

Essa campanha de desinformação e violência incluíam ataques à sua postura política, mas também a sua vida pessoal, com críticas agressivas sobre sua aparência e seus comportamentos, algo que é frequentemente usado contra mulheres candidatas para enfraquecer sua autoridade e influência. Além disso ainda sofreu com a insegurança ao ter que denunciar uso de rastreador ilegal em seu carro por parte dos adversários.

Tais relatos indicam a urgência de políticas públicas para combater a violência política de gênero, como campanhas educativas e maior punição para crimes de ódio e desinformação. Instituições como o Observatório Nacional da Mulher na Política também destacam a necessidade de monitoramento contínuo e análise comparativa entre diferentes eleições para compreender melhor o impacto dessa violência na representatividade feminina.

A violência política de gênero não só viola os direitos das mulheres, mas também interfere na construção de uma democracia mais justa e igualitária. Sua persistência impede que as mulheres possam disputar em condições de igualdade, o que compromete o alcance da paridade de gênero na política e a representatividade nos espaços de poder e decisão.

O combate à violência política de gênero é uma tarefa urgente que exige ação coordenada entre o poder público, as organizações da sociedade civil e as próprias mulheres. Embora haja avanços significativos, é crucial que a implementação de políticas públicas continue a evoluir, abordando as necessidades específicas das mulheres no processo eleitoral e criando um ambiente mais seguro para a participação política feminina.

POLÍTICAS PÚBLICAS E AVANÇOS NECESSÁRIOS

A legislação brasileira deu passos importantes com a Lei nº 14.192/2021, que estabelece mecanismos de combate à violência política de gênero. Desde sua promulgação, o Ministério Público Federal monitora e acompanha casos emblemáticos, embora desafios na aplicação sejam recorrentes. Apesar de ser um avanço significativo, desafios na sua aplicação como dificuldades no registro e acompanhamento de denúncias e insuficiência de campanhas informativas para conscientizar mulheres candidatas sobre seus direitos. No entanto, avanços ainda são necessários, como maior fiscalização de redes sociais, incentivo a candidaturas femininas, e campanhas de educação que promovam a igualdade de gênero.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado na criação de políticas públicas que visam enfrentar a violência política de gênero. Uma das principais conquistas foi a Lei nº 13.165/2015, que estabeleceu normas para o combate à violência política nas eleições. Além disso, o Código Eleitoral Brasileiro foi alterado para punir a violência política de gênero, reconhecendo-a como um crime.

Ainda em 2021, a criação de um grupo de trabalho formado por diversos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, liderado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), propôs novas medidas para combater a violência política contra mulheres. A resolução nº 23.625/2020 do TSE também foi um marco importante, uma vez que criou mecanismos de monitoramento e resposta a incidentes de violência de gênero durante o processo eleitoral (TSE, 2020). Este marco legislativo refletiu a crescente preocupação com a proteção das mulheres, reconhecendo as especificidades da violência política de gênero e buscando estratégias para coibi-la.

Embora haja progresso, muitos desafios persistem. A violência política de gênero ainda é subnotificada e, muitas vezes, é vista como uma questão privada ou de menor importância. A falta de punição efetiva para os agressores e a

escassez de políticas de apoio psicológico e jurídico para as vítimas contribuem para a manutenção desse ciclo de violência.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), coordenado pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, aborda questões de violência política de gênero em linhas gerais, mas carece de um enfoque mais específico no tema.

Campanhas promovidas pelo TSE e organizações da sociedade civil têm buscado educar a população sobre o impacto da violência política de gênero e a importância da denúncia de crimes eleitorais. Campanha “Mais Mulheres na Política”: Iniciativa que visa promover a participação feminina e conscientizar sobre violência política de gênero. Monitoramento de Denúncias: Ferramentas para registrar e acompanhar casos de violência política.

O Congresso Nacional promoveu em 2021 o Observatório Nacional da Mulher na Política, com objetivo também de combater a violência política contra as parlamentares, medida realizada por meio da Bancada Feminina do Congresso.

A Cartilha de Prevenção à Violência Política contra Mulheres em Contextos Eleitorais, elaborada pela ONU Mulheres. Este material destaca práticas bem-sucedidas em outros países, como no México, onde reformas legislativas garantiram 50% de representação de mulheres nos cargos públicos.

A conscientização pública é fundamental precisamos promover campanhas para educar a sociedade sobre os impactos da violência digital e como identificá-la, capacitar mulheres, especialmente candidatas e figuras públicas, para lidar com ameaças digitais, identificar fake news e adotar práticas de cibersegurança.

O monitoramento dos conteúdos é essencial, exigir que plataformas como Facebook, Instagram e WhatsApp aprimorem seus algoritmos para detectar discursos de ódio e fake news direcionados a mulheres e tornar os mecanismos de denúncia mais acessíveis e eficientes, com respostas rápidas para proteger mulheres que sofrem ataques.

O mundo tem avançado em busca de mais igualdade para a participação de mulheres e o combate da violência política de gênero, exemplos como a França que criou a legislação "Loi Avia", que exige que conteúdos abusivos sejam removidos em 24 horas pelas plataformas; o México que implementou reformas para proteger mulheres de violência política, incluindo medidas contra ataques virtuais; o Reino Unido que lançou iniciativas como o "Online Safety Bill" para responsabilizar plataformas por conteúdos nocivos. A combinação dessas medidas pode ajudar a criar um ambiente digital mais seguro, incentivando a participação feminina na política e protegendo suas trajetórias profissionais e pessoais.

CONCLUSÃO

A violência política de gênero não é apenas um obstáculo individual para as mulheres, mas um problema estrutural que compromete a democracia. A exclusão feminina do cenário político perpetua um desequilíbrio representativo, enfraquecendo decisões mais inclusivas. Superar esse cenário exige mudanças legislativas, culturais e educacionais que garantam um ambiente político mais igualitário.

Apesar dos avanços legislativos, a criminalização da violência política de gênero ainda enfrenta desafios na aplicação efetiva. Muitas denúncias são arquivadas, e a falta de proteção severa para ataques pessoais, fake news e desinformação criam um ambiente hostil, afastando as mulheres da política. Sem medidas energéticas, a participação feminina nas eleições será limitada.

A regulação do uso das redes sociais e o fortalecimento das deliberações para a violência política de gênero são passos fundamentais para conter os ataques sistemáticos contra mulheres na política. É essencial que plataformas digitais, partidos e candidatos sejam responsabilizados, garantindo campanhas eleitorais mais justas. Além disso, a ampliação da participação feminina nos Tribunais Regionais Eleitorais ajudaria a fortalecer o combate a esses notáveis.

Para alcançar a paridade política, o Brasil precisa avançar na implementação de medidas concretas, como a reserva de cadeiras para mulheres no legislativo. A baixa representação feminina não afeta apenas as candidaturas, mas toda a sociedade, pois as decisões continuam sendo pautadas por uma perspectiva predominantemente masculina. O enfrentamento da violência política de gênero deve ser uma prioridade para fortalecer a democracia e garantir que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos políticos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabiana. "A violência de gênero nas eleições de 2018: Fake news e o impacto nas candidaturas femininas". Agência Brasil, 12 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. Plano Nacional de Políticas para Mulheres: 2021-2025. Brasília: SNPM, 2021.

BUARQUE DE ALMEIDA, Heloísa. "Violência Política de Gênero: O Desafio da Democratização no Brasil". Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

DDOS LAB. Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais. Disponível em: <https://colab-uff.github.io>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FLORES, Lúcia. "O impacto da violência política de gênero na candidatura de Manuela d'Ávila em 2018". Jornal do Brasil, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.jornalbrasil.com.br>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FRANCO, Marielle. "Marielle: A luta e o legado de uma mulher negra e de esquerda na política". Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2019.

GENRO, Luciana. "Luciana Genro fala sobre os ataques sexistas em sua candidatura presidencial". UOL, 25 ago. 2014.

Heloisa. "A violência política de gênero e seus impactos na participação feminina na política brasileira". Revista Brasileira de Estudos Feministas, 2020.

LEMOS, Ana Amélia. "Ana Amélia Lemos denuncia ataques sexistas durante campanha eleitoral". Correio do Povo, 12 out. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. "Relatório sobre violência política de gênero". Brasília: MPF, 2023.

MODESTO, Rose. "Em Entrevista ao Midiamax, Rose relata e denuncia o uso de rastreador ilegal em seu carro". Midiamax, 04 out. 2024. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/politica/2024/video-rose-denuncia-uso-de-rastreador-ilegal-no-carro-de-campanha-e-pede-ajuda-para-identificar-jovem/>. Acesso em: 20 Jan. 2025.

ONU MULHERES. "Violência política de gênero: Impactos e desafios". Relatório, 2021. Disponível em: <https://www.onumujeres.org>. Acesso em: 20 Jan. 2025.
PEREIRA, Helena S.; CARDOSO, Rafael. "Economia, gênero e política: desafios para as mulheres". Revista de Estudos de Gênero, Rio de Janeiro, 2019.

PIMENTEL, Angela. "A Violência Política de Gênero: Um Estudo Sobre Mulheres Candidatas no Brasil". São Paulo: Editora da Unesp, 2019.

ROUSSEFF, Dilma. "Dilma Rousseff fala sobre impeachment e misoginia na política". BBC Brasil, 10 set. 2016.

SANTOS, Maria F. dos. "Mulheres de direita e violência política de gênero: O caso Michelle Bolsonaro nas eleições de 2018 e 2022". São Paulo: Editora DEF, 2022.

SILVA, Maria Lúcia. "Políticas Públicas para Mulheres na Política: Desafios e Oportunidades". Revista Brasileira de Política, São Paulo, 2020.

SOUZA, Lúcia Maria de. LIMA, Ana Paula. "O impacto da violência política de gênero na representatividade feminina". Revista Brasileira de Política e Gênero, 2021.

TEBET, Simone. "A mulher na política: Luta e resistência contra a violência de gênero". Entrevista ao Jornal Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.jornalnacional.globo.com>. Acesso em: 21 Jan. 2025.

TRONICKE, Soraya. "Em entrevista à GloboNews, Soraya Tronicke denuncia fake news e violência política de gênero". GloboNews, 15 set. 2022.

TSE. "Mais Mulheres na Política". Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 20 jan. 2025.

UNESCO. "Desinformação e seus impactos sobre a democracia e os direitos humanos". 2020. Disponível em: <https://www.unesco.org>. Acesso em: 15 jan. 2025.